



Inclusão Digital e Periferia

Imposição Cultural ou Inclusão Social?¹

Moema BRAGA²

Inês VITORINO³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

A Sociedade da Informação e os Programas de Inclusão Digital são temas intensamente presentes nos discursos de muitos teóricos que refletem acerca da comunicação. Tendo como ponto de partida o início de uma pesquisa de campo sobre os programas de Inclusão Digital realizados na periferia de Fortaleza, no bairro, Granja Portugal, esse trabalho analisa os diversos discursos sobre a Sociedade da Informação, buscando entender o conceito de Inclusão Digital e como abordá-lo na realidade periférica de Fortaleza.

Palavras-chave

Inclusão Digital; Sociedade da Informação; Periferia

Presente no bairro de Periferia Granja Portugal, desde 2007, O programa de Inclusão Digital, Casa Brasil, é uma Iniciativa do Governo Federal que tem como principal foco a democratização da Internet. Está diretamente ligado às áreas de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e conta com uma estrutura que contempla: Telecentro com 20 computadores, Sala de Leitura, Auditório, Laboratório de Informática para montagem e manutenção de computadores, Laboratório de experiências científicas⁴, Estúdio de Multimídia para criação, gravação e tratamentos de obras audio visuais e Oficina de *Web* rádio. Por meio dessas atividades, a Casa Brasil tem o intuito de incentivar a participação popular e comunitária. Segundo definição do programa⁵:

“a Casa Brasil tem como principal objetivo levar conexão e conectividade, privilegiando ações que possam aliar tecnologia à cultura, arte, etretenimento, articulação comunitária e participação popular. As

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática: Comunicação, Espaço e Cidadania, no GT Comunicação para Cidadania, XXXII Congresso Brasileiro e Ciência da Comunicação – INTECOM 2009

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: moemabraga@yahoo.com.br

³ Orientadora do Trabalho, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Grupo de Pesquisa da Relação Infância e Mídia da Universidade Federal do Ceará E-mail: ines@ufc.br

⁴ Esse Laboratório tem por objetivo popularizar e divulgar a ciência, por meio de apropriação científica e tecnológica e de produções culturais e artísticas, estimulando interesses e curiosidades. Suas atividades abrangem mostras, experimentos científicos e manifestações artísticas, de acordo com a vocação de cada unidade.

⁵ Informação disponibilizada no endereço on-line em 08/04/2009

http://www.casabrasil.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=275&Itemid=74



atividades desenvolvidas buscam estimular a cidadania, a apropriação crítica e autônoma e o desenvolvimento local através do acesso livre.”

Com base nesta proposição, podem ser levantados alguns questionamentos: Por que investir em conectividade? Como implantar uma conectividade autônoma e crítica dentro de uma comunidade com baixo índice de desenvolvimento educativo? Dentro dessa realidade, o que realmente significa ser incluído digitalmente?

Para responder a tais perguntas faz-se necessário refletir sobre o contexto social da atualidade, que está essencialmente pautado na Sociedade da Informação. E Com o foco nessa realidade informacional é que podem ser avaliados, no diálogo com diversos autores, os discursos que explicitam a necessidade emergencial da Inclusão Digital. Com base nesta análise conceitual, serão tecidas considerações sobre o que é e como estudar a Inclusão Digital.

Sociedade da Informação

A contemporaneidade é intensamente marcada pela presença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Segundo Castells (2003), esse sistema comunicacional ocupa todos os setores institucionais da sociedade, contribuindo não só para uma nova organização funcional, como também para a interligação de todos esses segmentos numa ampla rede. Com a formação dessa nova rede, nasce também uma nova configuração social, com novos valores, e formas de funcionamento.

Para Castells (2003), as tecnologias de informação são hoje o que a eletricidade foi na era da industrialização, isto é, os TICs são a base organizacional da atualidade. “Não é apenas uma tecnologia. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividades” (2003:220). A internet é responsável pelo caráter inovador da comunicação de todos para todos, isto é, os usuários podem ser ao mesmo tempo emissores e receptores de informação. Essa característica primordial rompe com a lógica dos sistemas clássicos de comunicação (rádio, televisão, imprensa), de um para todos e, ao mesmo tempo, implica em uma remodelação desses mesmos meios, que buscam se adequar ao contexto digital que impõe como imperativo a interatividade.

Para Castells, “a internet é o tecido de nossas vidas”(2003:07). Assim, pensar o desenvolvimento na contemporaneidade sem a inserção no processo da comunicação virtual em rede torna-se quase impossível. Diante dessa afirmação Wolton (2003) busca



entender por que existe a crença nas inovações tecnológicas (que não passam de técnicas) como as responsáveis pelo nascimento de uma nova sociedade.

O autor enumera cinco razões de ordem cultural - porém de estatutos bem diferenciados - que ajudam a compreender as motivações desse amplo movimento a favor da Sociedade da Informação. São elas: 1) Ruptura com as mídias de massa, que proporciona ao usuário a sensação de ser o ator de suas ações, saindo da lógica de recepção que a televisão, por exemplo, proporciona; 2) A aventura de uma geração. Os jovens dessa geração, diante dos discursos ideológicos, têm a impressão de estarem construindo algo novo, distinguindo-se das gerações anteriores; 3) Símbolo da modernidade, o sonho moderno que deposita nas técnicas comunicacionais a possibilidade de viver num mundo sem fronteiras, sem hierarquias entre pobres e ricos; 4) A resposta para uma certa angústia antropológica que diz respeito às possibilidades da humanidade de suprir a solidão e a necessidade de solidariedade; 5) A crença na qual as novas tecnologias da comunicação proporcionarão um desenvolvimento igualitário entre países ricos e pobres. (Wolton, 2003)

Essas reações humanas que asseguram a importância dos TICs e os discursos ideológicos que defendem a igualdade social como consequência da informatização fazem com que as ações em prol da inclusão digital sejam vistas como políticas emergenciais dentro da atual sociedade. Porém, existem questionamentos a respeito desses programas que entendem a Internet como uma forma de dar continuidade ao sistema que sobrevive em torno das desigualdades.

Conectados ou Desconectados?

Muito além das infinitas funcionalidades da rede, faz-se necessário refletir sobre a organização social em torno dessa rede, as formas de acesso e suas relações de poder. Com a finalidade de compreender esse novo campo e ao mesmo tempo legitimá-lo, será realizado um mapeamento sobre os diversos discursos que permeiam a teia da informatização.

Através da contribuição de diferentes autores pode-se entender os discursos pautados na noção de Sociedade da Informação vista como único processo de promoção da igualdade social e, ao mesmo tempo, a urgência em universalizar as tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).



Pierre Lévy (2000) reflete sobre o ciberespaço⁶ como o “centro de gravidade da nova ecologia das comunicações”(1999:49). Isto é: a informatização já permeia toda a estrutura social e adaptar-se a ela é inevitável.

Para o autor, as operações possíveis graças à informática deslocam cada vez mais a atividade humana para o “inautomatizável”, ou seja, para a criatividade, a iniciativa, a coordenação e a relação. A reconfiguração do tempo livre do homem, através dos TICs possibilita a multiplicação dos contatos, proporcionando uma conexão da humanidade consigo mesma. Dessa forma, o homem conectado tem uma nova visão de mundo, mais criativo, mais socializado e informatizado.

Segundo Lévy (1999), a humanidade passou por três grandes mutações em suas relações sociais. A primeira foi quando o homem nômade se dispersa pelos continentes, com diferentes línguas, buscando em diversas tribos a sobrevivência – homem móvel e sem conexão. A segunda, a revolução neolítica, quando o homem sofre uma mutação técnica, social, cultural, política e demográfica, através do surgimento da agricultura, das cidades, do Estado e da escrita. Esse período caracteriza-se como um período “cristalizado”⁷ onde o homem num mesmo espaço geográfico aperfeiçoa suas técnicas – homem cristalizado e conectado. A terceira fase histórica da humanidade propõe um retorno à mobilidade, começa no século XV, e depois de muitas mudanças, e com a ascensão dos meios de transporte e comunicação, exercem também uma forte tendência à conexão.

Lévy, quando descreve esse processo de constantes mudanças, tem o objetivo de chamar a atenção para a importância do momento que a humanidade está vivenciando, que se configura pela mobilidade aliada à conexão em redes elaboradas por “fibras óticas e códigos binários”(1999:198). Isto é, o fim das fronteiras geográficas e culturais e o intenso movimento de trocas de informações. A humanidade interconectada por uma rede planetária: a Internet.

Para Lévy, essas novas tecnologias não determinam nem as trevas nem a iluminação da humanidade. O mundo está caminhando, mesmo que de forma desigual, para uma Sociedade da Informação. Esse ritmo desigual gera exclusões e para responder a esse processo Lévy argumenta sobre três perspectivas: 1) Tendência atual da humanidade é a conexão e apesar de, em alguns países, o número de pontos da rede

⁶ Segundo Lévy (1999) o ciberespaço trata-se de uma maneira que as comunicações contemporâneas encontraram através do espaço virtual de se comunicar em rede. Com o ciberespaço é possível ter relacionamentos independente dos lugares geográficos e da coincidência dos tempos. (Lévy, 1999: 49)

⁷ Entende-se por cristalizado, o momento de estagnação, sem mobilidade.



ainda ser muito reduzido, o crescimento será em ritmo exponencial, tornando o número de excluídos cada vez menor; 2) Em relação à infra-estrutura de navegação, Lévy entende que, com o tempo, os valores de conexão serão menores, abrangendo cada vez mais pessoas nesse processo; 3) Para o autor, qualquer avanço em sistemas de comunicação acarretam excluídos, afinal, não havia analfabetos antes da invenção do alfabeto, todo processo de universalização da comunicação gera seus excluídos (2000: 51).

As proposições de Lévy são pertinentes quanto às diversas vantagens que a Internet traz em suas funcionalidades, e quanto à transformação de contextos sociais através desse sistema comunicacional. Porém, existem questões que o autor não responde, como: Por que o crescimento da Internet entre as classes de baixo poder aquisitivo estagnou? (CASTELLS, 2003: 209); Será que os países em desenvolvimento terão como acompanhar esse processo de informatização no mesmo nível dos países desenvolvidos? Como os programas de Inclusão Digital pretendem dar conta da inclusão de pessoas que ainda não tiveram acesso à educação básica? Quando os excluídos forem incluídos no processo informacional, haverá uma maior igualdade social? Quem pode ser considerado incluído nesse processo de informatização?

Para Castells(2003), a organização humana em redes já é uma prática muito antiga, porém as redes contemporâneas ganham uma nova vida quando sustentadas e energizadas pela Internet. Esse poderoso sistema de Interação/Comunicação é o responsável pela transição para uma nova configuração social: a sociedade em rede e com ela para uma nova economia.

Mesmo levando em conta a importância da Internet para a sociedade contemporânea, Castells faz uma análise sobre a má distribuição da rede, sempre ressaltando sua crença que um dia a informatização possa melhorar a sociedade e estabilizar a economia. Porém, a maneira como esse processo de distribuição da rede está se conduzindo, a evolução em prol da igualdade social por meio da Informatização, tende a seguir rumos inversos.

Castells ao questionar o que ocasionou, a partir de 1990, um aumento das disparidades em produtividade, renda, benefícios sociais, e padrões de vida entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, entende que:

Naturalmente, como correlação não é casualidade, seria possível que todos esse problemas sociais e ambientais fossem independentes do processo de globalização e do desenvolvimento econômico produzido pela Internet. Poderia ser, mas não é (...)o novo sistema tecnoeconômico parece causar



desenvolvimento desigual, aumentando simultaneamente a riqueza e a pobreza, a produtividade e a exclusão social, sendo os seus efeitos diferencialmente distribuídos em várias áreas do mundo e em vários grupos sociais. E como a Internet está no cerne do novo padrão sócio-técnico de organização, esse processo global de desenvolvimento desigual talvez seja a expressão mais dramática da divisão digital (CASTELLS, 2003:217)

Segundo o autor, essa correlação entre desigualdade social e Internet acontece porque:

1) O dinamismo do desenvolvimento tecnológico cria constantemente novas necessidades no mercado gerando novas formas de produção que acabam por abolir e desestruturar outras. O sistema operacional, hoje, independe de lugares específicos e funciona independente da mão-de-obra local;

2) Existência de má distribuição dos recursos informacionais, tecnológicos e educacionais pelo mundo. Apesar do desenvolvimento tecnológico, a falta de educação e infra-estrutura dos países em desenvolvimento aumenta o processo de exclusão;

3) O desenvolvimento tecnológico de um país está interligado à economia global, que por sua vez está cada dia mais vulnerável. A cada crise, aumenta o desemprego, levando a mão-de-obra a migrar para informalidade.;

4) A nova estrutura global, processualmente elimina a agricultura tradicional, gerando um grande êxodo, acarretando o crescimento acelerado das grandes metrópoles;

5) a falta de relações regulamentadas dos setores privados (devido à fragilidade econômica anteriormente citada) com os funcionários gera uma mão-de-obra cada vez mais individualizada, que parte para buscar nos concursos públicos a estabilidade nascendo assim uma nova divisão do trabalho, entre a classe operária e o funcionalismo público;

6) População desempregada busca a sobrevivência, tentam uma nova forma de inserir-se na globalização: a economia criminosa global⁸

7) As instituições públicas, submetidas à ordem econômica, tornam-se mais enfraquecidas, não dando o suporte necessário à população nessa transição sócio-tecnológica⁹;

8) Em casos extremos de crise de legitimidade e de desintegração política acontecem as guerras civis e o banditismo em larga escala. (CASTELLS, 2003: 217 a 219)

⁸ Entende-se como economia criminosa global em redes transnacionais envolvidas com o comércio ilícito. Ex. Tráfico de drogas (Castells, E. **A galáxia da Internet**. 2003)

⁹ Termo utilizado por Castells para conceituar a sociedade vinculada à tecnologia (Castells, E. **A galáxia da Internet**. 2003)



Para Castells, a Internet é capaz de conectar toda a humanidade, mas esse sistema operacional está diretamente ligado a interesses econômicos. Não sendo a prioridade desse sistema a “igualdade digital”, como pregam os discursos ideológicos da Sociedade da Informação. Tais discursos, para Wolton, prenunciam o nascimento de uma nova sociedade, que será pautada na liberdade, no progresso, na igualdade de acessos, solidariedade e sociabilidade (2004:324).

Wolton complementa este raciocínio, observando que a ideologia técnica, que deposita nas inovações tecnológicas mudanças sociais benéficas, resulta em três efeitos: as técnicas tornam-se mundiais; a economia se globaliza e o ocidente dissemina valores universais. Partindo dessas três palavras - mundial, global e universal - não sinônimas, a ideologia técnica busca, em seu discurso, dar sentidos semelhantes a essas palavras para que possam compor a seguinte afirmação: “As técnicas de comunicação mundializando-se, são instrumento necessário à globalização da economia, e ambas, fazendo recuar as fronteiras, tornam-se o braço armado do universalismo ocidental” (2003:325). Buscando desfazer esse caminho traçado pela ideologia técnica, Wolton afasta a ilusão de sinônimo que existe entre as três palavras, refletindo que a mundialização e a globalização causadas pela sociedade da informação não trazem os sentidos universalistas¹⁰.

O discurso que deposita nas técnicas comunicacionais a crença de liberdade não está levando em consideração que a “técnica não basta para definir o uso”(Wolton, 2003:328). Isto é, apesar da Internet ter recursos para promover o acesso informacional a todos, a intenção que pauta as inovações técnicas da Sociedade da Informação não têm interesse de romper com o sistema dominante e proporcionar a “igualdade social”.

Czelloto (2008), em seu livro *Inclusão Digital uma visão crítica*, faz uma crítica ao consenso social que gira em torno do esforço pela inclusão digital. O autor realiza um caminho reflexivo desenvolvendo questionamentos sobre a aceitação unânime do computador e suas funcionalidades pela sociedade.

Ele acredita que o processo de inclusão constitui uma “força civilizatória” da sociedade, como uma estratégia que os meios de produção capitalistas encontraram para aumentar o acúmulo de riqueza. Para alcançar esse objetivo, a sociedade, tanto as classes hegemônicas como as classes populares, precisa aderir, e participar dessa “nova lógica estrutural” que estabelece as mesmas relações de dominantes e dominados.

¹⁰ O sentido Universalistas estão associados a igualdade de social sem a delimitação de fronteiras.



Hierarquização entre uma elite, encarregada de gerir os elementos imateriais do complexo economia-cultura, e uma massa subalterna de atores dedicados às tarefas rotineiras e repetitivas, as quais constituem a parte menos criativa (e menos remunerada) dos produtos com apelo simbólico. Além disso há uma periferia crescente de excluídos que devido aos ganhos de produtividade induzidos pela informatização, não se enquadram em nenhuma dessas duas grandes categorias: são aqueles que Bauman denomina de redundantes e sobre os quais Baudrillard afirma não constituírem mais o exercício industrial de reserva, uma vez que em sua condição de desemprego não é mais percebida como passageira, por que já se tornou estrutural (CAZELLOTO, 2008:115)

Czelloto entende a lógica informacional vigente como mais uma maneira de aperfeiçoar e gerar lucros à economia. Para que essa economia aconteça, os dominados precisam existir, para atuarem como mão de obra operacional de baixo custo.

Partindo das considerações dos autores citados, pode-se ter um parâmetro acerca dos diversos discursos possíveis em torno da marcante presença do sistema informacional na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, entende-se a importância de aprofundamentos nesse campo de pesquisa.

Na busca de compreender os processos de Inclusão Digital na Sociedade brasileira, entende-se cada posicionamento dos autores citados como possibilidades explicativas no intuito de compreender o papel dos Programas e da Internet nas periferias brasileiras, que podem ser vistos como ações emancipatórias ou como mais uma forma de dominação.

Inclusão Digital, Inclusão Social?

Na realidade brasileira existem muitos excluídos, não só dos processos informacionais, mas também de participações sociais mínimas, como o direito à saúde, à alimentação e à educação. Pensando por esse viés, como alfabetizar digitalmente, se grande parte da população ainda não sabe ler? Proporcionar acesso a essa parcela da população irá realmente gerar incluídos nesse processo digital? Como mensurar a ação de um Programa de Inclusão Digital? De fato, esses programas, na sociedade brasileira, terão grandes desafios para conseguir alcançar a sua meta, que está pautada no discurso de utilização da internet como um meio, que possibilita uma maior inclusão, diminuindo as distâncias sociais e influenciando uma maior participação cidadã.¹¹

¹¹ Informação disponibilizada no endereço *on-line* acessado em 06/04/2009:
<http://www.brasilia.unesco.org/areas/ci/areastematicas/inclusaodigital/?searchterm=inclusão%20digital>



Nazareno (2006), em seu livro *Tecnologias da Informação e Sociedade*, conceitua Inclusão Digital “como um processo de alfabetização tecnológica no qual estão incluídas as iniciativas de políticas governamentais e não governamentais para a implementação das Sociedades da Informação entre as classes menos favorecidas”(2006:07). Essa conceituação tem como principal dado o direcionamento desses programas para classes populares, mas ainda é muito restrita para justificar a emergência na implementação desses programas. Sorj (2003), por sua vez, defende a Inclusão Digital e Social como uma ação que ofereça aos beneficiados condições de autonomia, habilidades técnicas para manipular um computador e navegar na Internet, assim, o usuário deve compreender as possibilidades da sociedade informacional. A Inclusão é tida, dessa forma, como a liberdade de utilização e apropriação de conteúdos, criando condições para o desenvolvimento do pensamento crítico, autônomo e criativo em relação às TICs.

É possível que na atual configuração social brasileira, que conta ainda com 9,6%¹² da população de analfabetos, o acesso à Internet possa abrir possibilidades para a inclusão social, como pensa Silveira (2001): “As oportunidades para os incluídos no processo de informatização serão maiores do que os que vivem no *apartheid* social” (2001:17). Porém, o fator essencial que gira em torno das desigualdades sociais e da falta de oportunidades não será solucionado através do simples acesso à Internet.

Para Wolton(2004), os computadores poderão ser banalizados, mas as desigualdades continuarão, seja através da imposição de um único modelo cultural ou por meio de uma estrutura cognitiva que permanecerá no domínio dos países e classes hegemônicas.

Segundo Cazelloto, a estratificação social sempre existirá no contexto informacional, pois sempre serão lançadas tecnologias cada vez mais inovadoras que darão continuidade às relações de poder. No campo do trabalho, o autor não acredita na diminuição do desemprego, nem das hierarquias existentes dentro de uma instituição. A mudança irá ocorrer somente na estrutura técnica, porém as estruturas sociais permanecerão inalteradas.

Podemos interpretar a forma da expansão da cibercultura como hierarquização entre uma elite encarregada de gerir(...)e uma massa subalterna de atores dedicados às tarefas rotineiras e repetitivas as quais constituem a parte menos criativa(e menos remunerada) dos produtos com apelo simbólico. Além disso há uma periferia crescente de excluídos (...) que

¹² Acessado em 15/06/09

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>



não se enquadram a nenhuma dessas duas grandes categorias: são aqueles que Bauman denomina “redundantes” e sobre as quais Baudrillard afirma não constituírem mais o exército industrial de reserva, uma vez que sua condição de desemprego não é mais percebida como passageira, por que já se tornou estrutural. (CAZELLOTO, 2008:115)

Segundo o autor, embora a internet se apresente com um discurso democrático, tem-se que levar em consideração que esse meio nasce dentro de um sistema que visa o lucro, a concentração de poder, o dinheiro e o conhecimento nas mãos de uma minoria. Essa realidade deve ser enfatizada quando pesquisas empíricas levantam que, em 2002, apenas 10,3% da população brasileira tinham acesso à internet banda larga, sendo em sua maioria jovens de classe média e alta¹³.

Porém, vale ressaltar que, embora a internet tenha nascido sob a lógica capitalista, para Silveira (2001) ela deve ser democratizada. A Inclusão Digital é apenas um pequeno passo, mas é vital que ele aconteça. Mesmo em ritmo mais lento, classes de menor poder aquisitivo poderão ter mais oportunidades através da Internet. O acesso precisa ser orientado com a finalidade de transformar o dilúvio informacional, obtidos na navegação, em conhecimento.

O pensamento de Lévy está em sintonia com o de Silveira quando entende que o acesso deve ser para todos, mas não se deve entender esse acesso como uma simples conexão, e sim como uma forma de participar dessa inteligência coletiva que ocupa o ciberespaço como um sistema aberto de “autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca e de livre navegação dos saberes” (1999:196). Para isso, a conexão deve ser acompanhada de ações educativas, para que funcione como força motriz de transformações sociais.

Para Sorj, “embora as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social” (2003:14). Sendo assim, a promoção da Inclusão Digital deve ser aliada a outras políticas contra as desigualdades sociais.

Conviver na Sociedade da Informação sem ter nenhuma noção a respeito da Internet e suas diversas possibilidades será ficar à margem de todo o processo de interações, trocas de informações, enfim da “inteligência coletiva” que esse meio

¹³ Dado coletado em: NAZARENO, Claudio. **Tecnologias da Informação e Sociedade: O Panorama Brasileiro**. Brasília: Editora Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006



proporciona. Porém, depositar no meio toda a expectativa para a solução de muitos problemas sociais, através da promoção de valores igualitários, acaba sendo um ideal utópico.

A sociedade informacional existe e está presente no dia a dia de milhares de pessoas. Quem tem acesso a esse meio percebe o quanto ele viabiliza e facilita inúmeras formas de comunicações, possibilita a interação em tempo real de todos para todos tornando o usuário produtor e receptor contínuo de informação. A Internet traz para a humanidade conforto e comodidade, tanto na vida doméstica como na profissional.

Enfim o acesso à rede modificou a maneira de fazer comunicação, tornando ultrapassados todos os meios que não proporcionam interação. Porém, proclamar essa nova maneira de se comunicar como uma forma de romper com a lógica que permeia as relações sociais é esquecer que o financiamento para inovações tecnológicas nasce da economia, sistema que sobrevive através do lucro e, conseqüentemente, das relações de força entre dominantes e dominados.

As relações de poder permanecem, mas é necessário, nesse contexto, levar em consideração as possibilidades que se abrem através dos acessos promovidos pela internet, e as apropriações vivenciadas por cada usuário. Transformar as classes populares em uma “massa subalterna” é negar que possam existir atores dentro de uma estrutura cultural presente nesses contextos. Certamente as hierarquias permanecerão, mas a inclusão nos processos informacionais já está acontecendo, num ritmo mais lento em comparação às classes média e alta e também em relação aos países desenvolvidos, mas em constante crescimento. O acesso à internet precisa ser democratizado para que cada indivíduo possa fazer suas escolhas dentro da rede. E através das constantes trocas de informações, cada indivíduo poder fazer parte dessa nova maneira de se comunicar.

De acordo com a discussão sobre Inclusão Digital, e através das considerações dos diversos autores sobre o tema, podemos trazer reflexões sobre os benefícios e conseqüências que esse processo pode acarretar dentro dos contextos periféricos dos países de terceiro mundo. Porém, refletir sobre a inclusão digital, através dos fins, é perder todos os processos que perpassam os meios. Isto é, pensar a Inclusão através de dados quantitativos, como o número de pontos que cada lugar possui, é não levar em consideração os contextos em que a Internet está inserida.



Como Estudar Inclusão Digital ?

Os Programas de Inclusão Digital estão diretamente relacionados à Internet para classes populares, que habitam periferias. Mas, definir o quê e quem pode ser considerado Incluído digitalmente, na prática, traz muitos questionamentos.

Araújo (2006) compara a Inclusão Digital com a alfabetização, na qual, até hoje, não se pode qualificar o que é ser alfabetizado ou não, já que os níveis de alfabetização são muito variados. No caso do uso da Internet, as formas de acesso também podem ser muito variadas (saber enviar e-mail; acessar sites de pesquisa; participar de redes sociais, etc). Ainda não existe uma regra que conceitue o estar incluído digitalmente e seu oposto, o estar excluído.

A Casa Brasil, localizada na Granja Portugal, bairro de periferia de Fortaleza – CE contempla, por semestre, 1200 moradores da comunidade com o aprendizado de informática e acesso à internet. Inicialmente, eles têm acesso às funções técnicas do computador, logo em seguida, os melhores alunos, cerca de 30, têm a oportunidade de participar de um curso avançado onde começam a ter acesso à rede. Será que esses 1200 alunos podem ser considerados incluídos digitalmente pelo fato de manipularem as funções básicas de um computador?

Em contrapartida, é necessário mencionar que, nos bairros populares, além dos programas de Inclusão Digital, existem outras formas de acesso, por exemplo, as Lan Houses¹⁴(LAN – Local Área Network) que são intensamente freqüentadas. Esse local é um exemplo das “colagens de traços” de que fala Martin-Barbero (1997), e dos *Patchworks* do cotidiano de Michel de Certeau (1994), já que se trata de uma forma criativa que a periferia encontrou de acessar a rede, misturando o comunitário e o individual, o tradicional e o moderno. Antes, esses espaços habitavam somente bairros de classes mais favorecidas, hoje participam da vida das comunidades populares, prestando serviços como digitações de trabalhos, impressões de currículos, cursos de informática e acesso à internet, enfim, o local já faz parte do “pedaço”, como diria Magnani (2003), isto é, do bairro e do entretenimento do jovem que vive na periferia.

Os exemplos foram citados acima para ressaltar que pensar a inclusão digital vai além de pesquisar somente os programas governamentais. Vale também constatar que os dados quantitativos, nesse caso, não podem ser considerados verdades absolutas, pois

¹⁴Locais de comercialização de acesso à Internet. No caso da periferia, as Lan Houses, além de disponibilizar acesso a preços populares, dão suporte técnico informacional à comunidade prestando serviços como: Digitação, Impressão de Currículos e Cursos de Informática.



não conseguem mensurar a amplitude de um programa de Inclusão Digital num bairro de periferia.

Para De Certeau, a estatística “deixa fora de seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os Patchworks do cotidiano.” (1994: 46). Em outras palavras, ao quantificar os dados, perdem-se fatos que realmente acontecem no cotidiano das periferias e na vida desses usuários considerados excluídos digitalmente. Afinal, os 1200 alunos qualificados tecnicamente pela Casa Brasil podem buscar o acesso à internet nas Lan houses ou em outros espaços.

Para avaliar o que significam esses programas dentro dos bairros populares, faz-se necessário um deslocamento do conceito “Inclusão Digital”, retirando-o da lógica binária de suas finalidades (vantagens e desvantagens) e dos números (quantidades de pontos de Internet), e re-situando o termo dentro dos contextos e de como estão sendo “aproveitados” pelos participantes, isto é, trabalhando com a “lógica dos usos”¹⁵ (MARTIN-BARBERO, 1997: 303).

Thompson (1990), quando estuda a apropriação, afirma que as evidências que são relevantes em determinados contextos, podem não ser relevantes ou suficientes em outro. Então, as recepções que são vivenciadas numa situação espacial e temporal individual podem não ser as mesmas em outra, modificando assim as apropriações de acordo com as diferentes relações entre a internet e o usuário, estabelecidas em cada espaço e situação de uso.

Quando Hall (2008) teoriza sobre o processo comunicacional como um circuito interligado desde a produção até a recepção, o autor contribui para o entendimento desse fenômeno como um circuito aberto, onde a mensagem está sempre em construção, recebendo influências dos contextos no decorrer da ação comunicacional.

Avaliar a Inclusão Digital requer um estudo que leve em consideração desde a produção da informação (sites visitados), os ambientes de recepção - espaços que disponibilizam a internet (política de funcionamento de cada espaço e quais as condições de utilização desse espaço); e os receptores, os jovens que vivem nas periferias e tem acesso à internet em contextos diferenciados, se apropriando de mensagens distintas em cada espaço de uso.

Castells entende a relação entre o meio e o usuário como uma via de mão dupla e não como um “jogo” de imposições. Assim como Martin-Barbero reflete que para

¹⁵ Para Lógica dos Usos entende-se como as diferentes rotinas de uso do meio. Como cada indivíduo, que faz de contextos sociais semelhantes podem utilizar o mesmo meio de comunicação de formas diferenciadas.



avaliar as relações entre o meio de comunicação e as classes populares deve-se prestar atenção à trama:

“que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a era recusa não o é de resistência, e que nem tudo que vem de cima são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominante” (2008:114).

Ao observar a trama que circunda as relações pode-se pensar as diversas formas de trocas que podem ocorrer quando a internet se insere nos contextos periféricos podendo surgir diversos usos do mesmo meio, outras formas de utilização, assim como De Certeau denomina de “artes de fazer isto ou aquilo,(...) uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”(1994:42).

Assim, o processo que envolve a Inclusão Digital, além de uma política governamental ou uma “força civilizatória” que pauta a lógica dominante, é um ato comunicacional que envolve toda uma complexidade de relações e para estudá-lo é necessário que se considere, além de números, a vivência contextualizada dos que estão envolvidos nesse processo.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Denise Correia. **O Caráter Pseudo da Inclusão Digital. In. Imagem (ir) realidade.** ARAUJO, Denise Correia. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício do Cartógrafo.** São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo : EDUSP, 1997.

_____. **Consumidores e Cidadão: Conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1994



CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital: Uma Visão Crítica**. São Paulo: Ed SENAC, 2008

HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

LÈVY, Pierre. **Cybercultura**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999
_____. **A Revolução Contemporânea em Matéria de Comunicação**. in Para Navegar no Século XXI. MARTINS. Menezes, MACHADO. Juremir. Porto Alegre: Editora Sulina/Edipucr, 1999, 2ed

MAGNANI, J. G. C. **A Festa no pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998

NAZARENO, Claudio. **Tecnologias da Informação e Sociedade: O Panorama Brasileiro**. Brasília: Editora Câmara dos Deputados, Coodenação de Publicações, 2006

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópoli: Editora Vozes, 1990

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Sites

Portal do Casa Brasil, www.casabrasil.gov.br

Portal do IBGE, www.ibge.gov.br, acesso em Maio de 2009

Portal do IBOPE, www.ibope.com.br, acesso em Abril de 2009.

Portal de Inclusão Social do Governos Federal, www.inclusãodigital.gov.br, acesso em abril de 2009

Portal MEC, www.mec.gov.br, acesso em 08/04/2009

Portal da UNESCO, www.brasilia.unesco.br, e acessado em 06/04/2009